ÍNDICE SISTEMÁTICO

Abreviaturas e Siglas Usadas XIX
Prefácio à 1ª Edição (1991) XXI
Discurso Pronunciado pelo Desembargador Emílio Carmo XXIII
Nota dos Autores XXV

Capítulo I

INTERESSE

1. Interesse 1
1.1. Conceito de interesse 1
1.2. Modalidades do interesse 2
1.2.1. Interesse individual, particular ou privado 2
1.2.2. Interesse público 5
1.2.3. Interesse estatal e sua distinção do interesse público 6
1.2.4. Interesses difusos e interesses coletivos 8
1.3. Impossibilidade de o interesse ser imparcial 12
1.4. Pretensão 13
1.5. Conflito de interesses 13
1.6. Normas de adaptação social 14
1.7. Distinção entre Direito e Lei, norma e dispositivo 16
1.8. Elementos da norma jurídica 19
1.9. O Direito 20

Capítulo II

DIREITO DE AÇÃO

2. Direito subjetivo 21
2.1. Conceito de direito subjetivo 21
2.2. Direito potestativo 23
2.3. Abuso de direito 23
2.4. Dever jurídico 24
2.5. Ação 25
2.5.1. Ação no sentido material 25
2.5.2. Ação como direito à tutela jurídica 26

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5.2.1. Teorias da ação 27
2.5.2.1.1. Teoria imanentista da ação: teoria civilista 27
2.5.2.1.2. Autonomia do direito de ação 28
2.5.2.1.3. Ação como direito concreto 28
2.5.2.1.4. Ação como direito abstrato 28
2.5.2.1.5. A posição de Liebman (teoria eclética) 29
2.5.2.1.5.1. A ação no Direito brasileiro 30
2.5.2.1.5.2. Natureza da sentença extintiva do processo sem resolução do mérito 31
2.5.2.1.6. Teoria da asserção 31
2.5.3. Ação como remédio jurídico processual 32
2.6. Condições da ação 33
2.6.1. Legitimação para agir 33
2.6.1.1. Litisconsórcio 36
2.6.1.2. Legitimação extraordinária 39
2.6.2. Interesse de agir 40
2.6.3. Possibilidade jurídica do pedido 41

Capítulo III

A DEFESA

3. A defesa 43
3.1. A defesa do réu 43
3.1.1. A defesa da liberdade em face da atuação do Estado 46
3.1.2. Disponibilidade do direito material e indisponibilidade da defesa no plano processual 50
3.1.3. Necessidade de nomeação de defensor dativo ao réu revel, ainda que citado pessoalmente 51
3.2. Modalidades da defesa 54
3.3. Efeitos da revelia 55

Capítulo IV

JURISDIÇÃO

4. Jurisdição 59
4.1. Os poderes do Estado 59
4.2. As funções estatais 60
4.3. Distinção entre as funções executiva e jurisdicional 62
4.4. Poderes políticos e administração pública 64
4.4.1. Poderes administrativos do juiz 66
4.5. Princípio da universalidade da jurisdição 69
4.5.1. Sistemas de apreciação dos conflitos de interesse 69
4.5.2. Alcance da função jurisdicional 70
4.5.2.1. Poderes implícitos à jurisdição 70
4.5.2.2. Limites espaciais da atividade jurisdicional do Estado brasileiro 71

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.5.2.3. Limites substanciais à atividade jurisdicional do Estado brasileiro 71
4.5.3. Instância administrativa desportiva 72
4.5.4. Exclusão dos atos políticos do controle jurisdicional 72
4.5.5. Controle jurisdicional da discricionariedade administrativa 73
4.5.5.1. Discricionariedade administrativa 73
4.5.6. A Arbitragem 77
4.6. Órgãos públicos, atos jurídicos e atos materiais dos poderes 78
4.6.1. Órgão público 78
4.6.2. Negócios jurídicos e atos jurídicos 79
4.6.3. Atos materiais 81
4.7. Jurisdição anômala 81
4.8. Natureza das funções do Tribunal de Contas 82
4.9. Jurisdição voluntária 83

Capítulo V

COMPETÊNCIA

5. Competência 85
5.1. Conceito de competência 85
5.2. Juízo arbitral ou arbitragem 86
5.3. Princípio da perpetuação da competência 87
5.4. Conflito de jurisdição ou de competência? 87
5.5. Critérios para a fixação da competência 88
5.6. Competência por distribuição 88
5.7. Competência material ou objetiva 88
5.8. Competência funcional 88
5.8.1. Competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis 89
5.9. Princípio da identidade física do juiz 92
5.10. Competência territorial ou de foro 93
5.11. Competência em razão do valor da causa ou competência pela alçada 93
5.12. Modificação da competência 93
5.13. Organização judiciária 98

Capítulo VI

PROCESSO

6. Processo 101
6.1. Conceito de processo 101
6.1.1. Distinção entre processo, procedimento e autos 103
6.1.1.1. Restauração de autos extraviados 104
6.1.1.2. O processo virtual 105
6.1.1.2.1. Execução fiscal virtual 105
6.1.1.2.2. Processo e procedimento 106
6.1.1.2.3. Autos do processo: os meios de conservação da memória dos atos processuais 107

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.1.1.2.4. Documento eletrônico e sua validade jurídica 108
6.1.1.2.5. Aspectos atuais da execução fiscal eletrônica 110
6.1.1.2.6. Proposições para a efetivação da execução fiscal virtual 112
6.1.1.3. Adultério e 'grampo' telefônico: o conflito aparente de valores constitucionais e o princípio da ponderação dos interesses 113
6.1.2. O processo como relação social visando à decisão estatal 120
6.2. Formas de resolução dos conflitos de interesse 121
6.2.1. Autodefesa 121
6.2.2. Transação, conciliação ou composição 122
6.2.3. Caráter privatístico do processo antigo 123
6.3. Teorias sobre a natureza jurídica do processo 123
6.3.1. O processo como contrato 123
6.3.2. O processo como quase-contrato 124
6.3.3. O processo como relação de direito público 124
6.4. Teorias sobre a relação processual 125
6.5. Características da relação processual 126
6.6. Princípios fundamentais do processo civil 127
6.6.1. Princípio da imparcialidade do juiz 127
6.6.2. Princípio dispositivo e princípio da verdade real 129
6.6.2.1. A prova e seu ônus 131
6.6.3. Princípio da igualdade 132
6.6.4. Princípio do contraditório 134
6.6.5. Princípio da demanda 135
6.6.6. Princípio da disponibilidade 136
6.6.7. Princípio do impulso oficial 137
6.6.7.1. Preclusão 137
6.6.7.1.1. Fases do procedimento 138
6.6.8. Princípio da oralidade 138
6.6.8.1. Princípio da imediação 139
6.6.9. Princípio da persuasão racional do juiz 139
6.6.10. Princípio da publicidade 140
6.6.11. Princípio da lealdade processual 141
6.6.12. Princípio da economia processual 141
6.6.13. Princípio do duplo grau de jurisdição 142
6.6.14. Princípio do devido processo legal 143
6.6.14.1.Conceito do devido processo legal 143
6.6.14.2. Conceito de "liberdade" e "bens" 145
6.6.14.3. Histórico 145
6.6.14.4. O sentido formal do *due process of law* 146
6.6.14.5. O sentido material do *due process of law* 147
6.6.14.6. Pressupostos formais do "devido processo legal" 147
6.7. Pressupostos processuais 153
6.7.1. Pressupostos de constituição do processo 157
6.7.1.1. Órgão jurisdicional 157
6.7.1.2. Partes 158
6.7.1.2.1. *Legitimatio ad causam* 159

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.7.1.2.1.1. Substituição das partes ou sucessão processual 159
6.7.1.2.2. *Legitimatio ad processum* 161
6.7.1.2.3. Necessidade de prova documental para a demonstração da capacidade processual 163
6.7.1.2.4. O direito de postular em juízo 163
6.7.1.2.5. As questões de incapacidade processual ou a irregularidade de representação devem ser conhecidas de ofício pelo juiz 165
6.7.1.3. Demanda 171
6.7.1.3.1. Imutabilidade da demanda 172
6.7.1.3.2. Pedido e fundamentos do pedido 174
6.7.1.3.2.1. A causa de pedir 174
6.7.1.3.2.2. O pedido e suas modalidades 177
6.7.1.3.3. Originalidade da demanda 181
6.7.2. Outros pressupostos 182

Capítulo VII

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

7. Intervenção de terceiros 185
7.1. Conceito de intervenção de terceiros 185
7.2. Classificação de intervenção de terceiros 186
7.3. Assistência 187
7.3.1. Assistência na execução 191
7.4. Oposição 193
7.5. Nomeação à autoria 195
7.6. Denunciação da lide 196
7.7. Chamamento ao processo 204
7.8. Outras modalidades de intervenção de terceiros 206
7.8.1. Embargos de terceiros 207
7.8.2. Exibição de documento ou coisa em poder de terceiros 210

Capítulo VIII

NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA

8. Natureza jurídica da sentença 213
8.1. Sentido do termo "sentença" 213
8.2. Conceito de sentença 214
8.2.1. A sentença como ato estatal 215
8.2.2. A sentença como ato do juiz 215
8.2.2.1. Indelegabilidade do poder de decisão 217
8.2.2.2. O novo conceito de sentença 220
8.2.3. A sentença como ato processual 222
8.3. Natureza jurídica da sentença 223
8.3.1. A sentença como ato declaratório do Direito 223
8.3.2. A sentença como ato constitutivo do Direito 223

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.3.3. Limitações ao papel do juiz como criador do Direito 225
8.3.4. Exigências constitucionais quanto à criação do Direito pelo juiz 226
8.3.5. O silogismo da sentença 227
8.3.6. O processo intelectual da sentença 228

Capítulo IX

ESPÉCIES DE SENTENÇA

9. Espécies de sentença 231
9.1. Necessidade da classificação das sentenças 231
9.2. Classificação subjetiva ou orgânica 231
9.2.1. A sentença como ato judicial 231
9.2.2. Acórdão 232
9.2.3. Aresto 232
9.2.4. Sentença arbitral 232
9.2.5. Sentença subjetivamente complexa e sentença subjetivamente composta 232
9.2.6. Sentença administrativa 233
9.2.7. A instância da sentença 233
9.2.8. Sentença nacional, nacionalizada e estrangeira 234
9.2.9. Sentença exequenda e exequível 234
9.3. Classificação quanto à forma 234
9.3.1. Sentença de forma concisa 234
9.3.2. Sentença completa 235
9.4. Classificação quanto aos efeitos 235
9.4.1. Sentença definitiva e sentença terminativa 235
9.4.2. Sentença incidental 236
9.4.3. Sentença provisional ou cautelar 236
9.4.4. Sentença de preceito 236
9.4.5. Sentença contumacial 236
9.4.6. Sentença condicional 236
9.4.7. Sentença complementária e sentença complementada 236
9.4.8. Sentença absolutória 237
9.4.9. Sentença impugnada, recorrida, recorrível, irrecorrível e reformada 237
9.4.10. Sentença contenciosa e sentença homologatória 238
9.4.11. Sentença nula, anulatória e de nulidade 238
9.4.12. Sentença rescindenda 239
9.4.13. Sentença atributiva de direitos 239
9.4.14. Sentença líquida, ilíquida, liquidada e liquidanda 239
9.4.15. Sentença procedente ou de recebimento, sentença improcedente ou de rejeição 239
9.4.16. Sentença declarativa e sentença determinativa 240
9.5. Efeitos principais da sentença 240
9.6. Efeitos secundários, acessórios ou anexos da sentença 242
9.7. Tabela de eficácia das sentenças 243
9.8. Classificação ternária ou quinária das ações 245

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo X

SENTENÇA DECLARATÓRIA

10. Sentença declaratória 247
10.1. Conteúdo da sentença declaratória 247
10.2. Espécies de sentença declaratória 251
10.2.1. Declaratória positiva 251
10.2.2. Declaratória negativa 251
10.2.3. Ação declaratória incidental 254
10.2.4. Decisões declaratórias típicas 257
10.2.4.1. Improcedência ou rejeição da demanda 257
10.2.4.2. Procedência da ação consignatária 257
10.2.4.3. A primeira fase da ação de prestação de contas 257
10.2.4.4. Ação declaratória de posse 257
10.2.4.5. Ação de usucapião 257
10.2.4.6. A ação de inventário e o arrolamento 257
10.2.4.7. A ação declarativa de herança vacante e a ação de bens vagos 258
10.2.4.8. Ação de declaração de cessação da incapacidade civil 258
10.2.4.9. Ação de declaração de existência (ou inexistência) de sociedade de fato... 258
10.2.4.10. Ação de declaração de eficácia (ou ineficácia) de atos normativos sobre determinadas situações concretas 258
10.2.4.11. Ação de declaração de servidão 262
10.2.4.12. Ação de nulidade de ato jurídico 262
10.2.4.13. Ação de declaração de extinção da obrigação por compensação, confusão, remissão etc 262
10.2.4.14. Ações declaratórias incidentais, além daquela dos arts. 5º e 325 do CPC 262

Capítulo XI

SENTENÇA CONSTITUTIVA

11. Sentença constitutiva 263
11.1. Conteúdo da sentença constitutiva 263
11.2. Efeitos *ex nunc* na sentença constitutiva 265
11.3. A sentença constitutiva e a sua "execução" 265
11.4. Espécies de sentenças constitutivas 266
11.5. Sentenças constitutivas típicas 266
11.5.1. Separação e divórcio 266
11.5.2. Anulação de casamento 267
11.5.3. Tutelas e curatelas 267
11.5.4. Regulamentação de visitas 269
11.5.5. Guarda e posse 269
11.5.6. Suspensão e destituição do pátrio poder 269
11.5.7. Adoção 269
11.5.8. Guarda e responsabilidade 269

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11.5.9. Suprimentos judiciais diversos, como, por exemplo, para fins matrimoniais..... 269
11.5.10. Apresentação e cumprimento de testamento 269
11.5.11. Renovatórias e revisionais de locação (ver a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991) .....
11.5.12. Cautelares como justificação (CPC, art. 861), protesto de títulos (CPC, art. 882), protesto, notificação e interpelação..... 271
11.5.13. Especialização da hipoteca legal 271
11.5.14. Homologação de sentença estrangeira 271
11.5.15. Restauração de autos (CPC, art. 1.063)..... 271
11.5.16. Anulação de ato jurídico..... 271
11.5.17. Redibição e *quanti minori*..... 273
11.5.18. Desapropriação..... 273
11.5.19. Ação popular constitucional 274
11.5.20. Rescisória (CPC, art. 485) 274
11.5.21. Anulação e substituição de títulos ao portador (CPC, art. 907)..... 274
11.5.22. Divisão..... 274
11.5.23. Interdição..... 274
11.5.24. Falência e concordata 276
11.5.25. Despejo..... 276
11.5.26. Extinção de condomínio 279

Capítulo XII

SENTENÇA CONDENATÓRIA

12. Sentença condenatória..... 291
12.1. Conteúdo da sentença condenatória..... 291
12.2. A cláusula da "restitutio in integrum" 293
12.3. Suportes do pedido condenatório..... 294
12.4. Modalidades de ação condenatória 294
12.4.1. Condenatória decorrente do inadimplemento, total ou parcial, de obrigação contratual..... 295
12.4.2. Por culpa aquiliana..... 297
12.4.3. Ação de locupletamento 299
12.4.4. A segunda fase da ação de prestação de contas 304
12.4.5. Ação de indenização por ofensa à posse..... 305
12.4.6. Ação decorrente da gestão de negócio 307
12.4.7. Ação confessória de servidão 307
12.4.8. Reparação por ato-fato lesivo, como, por exemplo, o estado de necessidade..... 307
12.4.9. Ação cominatória para prestação de fato ou abster-se de ato ou tolerar atividade 307
12.4.10. Ação de alimentos 308
12.4.11. Ação de indenização por atos do Poder Público 308

Capítulo XIII

SENTENÇA EXECUTIVA

13. Sentença executiva..... 327

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13.1. Conteúdo da sentença executiva 327
13.2. O novo regime de cumprimento da sentença 329
13.3. A execução pura se faz no interesse da satisfação do crédito 332
13.4. Conteúdo jurisdicional da execução 333
13.5. O princípio da "maior coincidência possível" entre o título e a execução 333
13.6. Espécies de ações executivas 334
13.6.1. Ações executivas no sentido estrito 334
13.6.2. Ações executivas no sentido amplo 335
13.6.2.1. Ação reivindicatória 335
13.6.2.2. Ação de imissão de posse 336
13.6.2.3. Ação de reintegração de posse 337
13.6.2.4. Ação de petição de herança 339
13.6.2.5. Ação de adjudicação compulsória 339
13.6.2.6. Ação de dissolução e liquidação de sociedades 340
13.6.2.7. Ação de nunciação de obra nova 340
13.6.2.8. Ação de divisão e demarcação de terras particulares 340
13.6.2.9. Ação de inventário e partilha e a inovação da Lei nº 11.441/2007 341
13.6.2.10. Ações executivas especiais mais comuns 342
13.6.2.10.1. Ação autônoma de busca e apreensão 342
13.6.2.10.2. Ação de execução hipotecária 343

Capítulo XIV

SENTENÇA MANDAMENTAL

14. Sentença mandamental 345
14.1. Conteúdo da sentença mandamental 345
14.2. Pena pelo descumprimento do mandamento judicial 347
14.3. Espécies de sentenças mandamentais 349
14.3.1. Mandado de segurança 349
14.3.2. Mandado de segurança coletivo 354
14.3.3. Mandado de injunção 355
14.3.4. *Habeas data* 358
14.3.5. Ação de manutenção de posse 360
14.3.6. Ação de interdito proibitório 360
14.3.7. Embargos de terceiro 360
14.3.8. Ação de depósito 361

Capítulo XV

SENTENÇA CAUTELAR

15. Sentença cautelar 365
15.1. Conteúdo e características do provimento cautelar 365
15.2. Modalidades de medidas cautelares 370
15.3. Competência no processo cautelar 370
15.4. Pressupostos da tutela cautelar 372

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15.4.1. Iminência de dano irreparável (urgência) 372
15.4.2. Sumariedade da cognição judicial (plausibilidade) 373
15.4.3. Proporcionalidade entre o dano invocado e o dano que poderia ser causado com a concessão da cautelar 376
15.5. Âmbito do provimento cautelar 378
15.6. Tutela antecipada 378
15.7. Provimentos cautelares específicos 385
15.7.1. Arresto 385
15.7.2. Sequestro 385
15.7.3. Caução 385
15.7.4. Busca e apreensão 386
15.7.5. Exibição 386
15.7.6. Alimentos provisionais 387
15.7.7. Arrolamento de bens 387
15.7.8. Justificação 387
15.7.9. Protestos, notificações e interpelações 387
15.7.10. Homologação de penhor legal 387
15.7.11. Da posse em nome do nascituro 388
15.7.12. Atentado 388
15.7.13. Apreensão de títulos 388
15.7.14. Outras medidas provisionais 388

Capítulo XVI

ESTRUTURA DA SENTENÇA

16. Estrutura da Sentença 389
16.1. Preâmbulo 389
16.1.1. Ementa 392
16.2. Relatório 393
16.2.1. Ordem no relatório 395
16.3. Fundamentação ou motivação 395
16.3.1. Ordem lógica da fundamentação 396
16.3.2. Inexiste fundamentação implícita 401
16.3.3. Sentença concisa 402
16.4. Dispositivo 403
16.4.1. Ordem do dispositivo 405
16.4.2. Redação do dispositivo 406
16.5. Fecho 407

Capítulo XVII

CONDIÇÕES DA SENTENÇA

17. Condições da sentença 409
17.1. Clareza 409
17.1.1. Vernáculo 410

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

17.1.2. Redação 411
17.1.2.1. Linguagem simples 411
17.1.2.2. Tratamento 411
17.1.2.3. Ordem direta 413
17.1.2.4. Expressão categórica da linguagem 413
17.2. Precisão 414
17.2.1. Certeza 414
17.2.1.1. Existe sentença condicional? 415
17.2.2. Completa 415
17.2.2.1. Sentença *extra petita* 415
17.2.2.2. Sentença *ultra petita* 416
17.2.2.3. Sentença *citra petita* 416
17.3. Prazo 418

Capítulo XVIII

PROVIMENTOS "EX OFFICIO"

18. Provimentos *ex officio* 421
18.1. Condenação em honorários e custas 421
18.1.1. Distinção entre despesas, custas e honorários 422
18.1.2. Sucumbência 424
18.1.2.1. Gratuidade dos serviços judiciários e sucumbência 424
18.1.3. Condenação nas sentenças, incidentes e recursos 432
18.2. Arbitramento dos honorários 433
18.2.1. Sentenças condenatórias 437
18.2.2. Sentenças que não sejam condenatórias 438
18.3. Prestações periódicas 441
18.4. Juros legais 441
18.5. Correção monetária 442
18.6. Obrigações alternativas em favor do devedor 442
18.7. Pena cominatória 442
18.8. Constituição de capital 443
18.9. Restituição das partes ao *statu quo ante* em caso de anulação do ato jurídico 443

Capítulo XIX

PUBLICAÇÃO, CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA

19. Publicação, correção e integração da sentença 445
19.1. Publicação da sentença 445
19.2. Intimação 446
19.3. Correção e integração da sentença 446
19.3.1. Correção 447
19.3.2. Integração 448
19.3.2.1. Natureza jurídica dos embargos de declaração 450

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo XX

INFORMAÇÕES DO JUIZ NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

20. O agravo de instrumento 453
20.1. As informações 454
20.2. As questões objeto do agravo 454
20.3. O conteúdo das informações 457

CAPÍTULO XXI

O JUIZ E AS NOVAS CORRENTES DO DIREITO

21. O Juiz e as novas correntes do Direito 459
21.1. A crise brasileira 459
21.2. Expectativas do papel do juiz 463
21.3. Novas correntes do Direito 466
21.4. Julgar é preciso 467

Bibliografia 469
Índice Onomástico 475
Índice Alfabético-Remissivo 481

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br